

Homeschooling: fator de perpetuação da segregação educacional?

Homeschooling: a factor in the perpetuation of educational segregation?

Éder Oliveira Alves Batista
Yara Fonseca de Oliveira e Silva
Universidade Estadual de Goiás
Anápolis-Brasil

Resumo

Este artigo analisa o fenômeno do homeschooling (ensino domiciliar) e sua relação com políticas neoliberais e desigualdades na educação. Para isso, faz-se revisão bibliográfica de obras que investigam a influência do neoliberalismo como doutrina econômica e ideológica na educação, como Michael W. Apple (2003) e Christian Laval (2004). As análises indicam que o homeschooling beneficia famílias de classe média e alta, que possuem recursos e tempo para garantir processo educativo eficaz, enquanto as de baixa renda enfrentam dificuldades para aderir a essa modalidade. Conclui-se que o crescimento do homeschooling agrava as desigualdades educacionais, pois contribui para a exclusão social e educacional, sendo necessária a implementação de políticas públicas que fortaleçam a educação e a equidade no acesso ao ensino de qualidade.

Palavras-chave: homeschooling; neoliberalismo; educação pública.

Abstract

This article analyzes the phenomenon of homeschooling and its relationship with neoliberal policies and educational inequalities. To this end, a bibliographic review of works that investigate the influence of neoliberalism as an economic and ideological doctrine in education is conducted, including authors such as Michael W. Apple (2003) and Christian Laval (2004). The analyses indicate that homeschooling mainly benefits middle- and upper-class families, who have the resources and time to ensure an effective educational process, while low-income families face difficulties in adopting this form of education. It is concluded that the growth of homeschooling exacerbates educational inequalities, as it contributes to social and educational exclusion, highlighting the need for public policies that strengthen education and promote equity in access to quality education.

Keywords: homeschooling; neoliberalism; public education.

Introdução

Este artigo, de natureza exploratória e que tem como base a análise bibliográfica, investiga as dimensões do ensino doméstico (*homeschooling*) e suas implicações para os diversos grupos sociais. Com origem nos Estados Unidos na década de 1970, essa modalidade se consolidou como uma alternativa ao formato tradicional de educação, ou seja, fora do ambiente escolar.

No entanto, essa modalidade de ensino familiar revela uma situação desigual, visto ser acessível apenas a famílias de classes média e alta, que dispõem de recursos financeiros e tempo disponível para proporcionar a seus filhos uma educação personalizada e de qualidade, e que se alinhe com os valores religiosos ou ideológicos que seguem, garantindo assim um ambiente de ensino controlado. Na outra ponta da estratificação social, as famílias de classes sociais mais baixas enfrentam desafios consideráveis, visto que frequentemente carecem de suporte pedagógico e recursos financeiros para a adoção eficaz do ensino domiciliar.

Explicado brevemente o contexto, este estudo analisa a relação do *homeschooling* com as políticas neoliberais, especialmente no que se refere ao desinvestimento do Estado na educação pública e o impacto dessa prática na equidade social. Por isso, entende-se que a implementação do *homeschooling* está associada a um movimento mais amplo que visa minimizar o papel do Estado e aumentar a privatização da educação.

O estudo busca, portanto, compreender essas dinâmicas e oferecer uma visão crítica sobre como o *homeschooling* interage com as políticas educacionais e socioeconômicas. Por meio desta análise, pretende-se entender as consequências dessa forma de ensino para as diferentes camadas sociais.

O neoliberalismo como instrumento de transformação da educação

A formulação da teoria neoliberal está associada ao pensamento de um grupo de intelectuais que se reunia em torno do filósofo austríaco Friedrich Von Hayek, e que levou à criação da Sociedade Mont Pèlerin em 1947. Esse grupo fundamentava suas ideias na valorização da liberdade econômica, na competição de mercado como fator de desenvolvimento e na defesa da propriedade privada.

Apesar de haver permanecido em posição secundária no período do pós-guerra, o neoliberalismo ganhou destaque em diversos contextos políticos, consolidando-se como uma abordagem dominante nos Estados Unidos e na Inglaterra no fim da década de 1970. Ante a necessidade de novas formas de expansão e acumulação de capital, o neoliberalismo surgiu

como resposta às transformações do capitalismo, e consolidou-se especialmente na Europa e na América do Norte, onde predominava o sistema capitalista. A proposta neoliberal para enfrentar a crise consistia em manter um Estado forte no controle monetário e na repressão sindical, mas reduzido nos gastos sociais e nas intervenções econômicas (Anderson, 1998)

A adoção desse modelo levou a um conjunto de reformas econômicas, tais como privatizações, desregulamentação de mercados e cortes de gastos públicos, promovendo uma reconfiguração das relações entre os setores público e privado. Essas mudanças impactaram diversas áreas, influenciando políticas governamentais e redefinindo o papel do Estado na economia global. Nesse contexto, o papel do Estado passou a ser o de criar e manter as condições institucionais necessárias para o livre funcionamento dos mercados, protegendo a propriedade privada, garantindo a ordem e, quando necessário, criando mercados em áreas ainda não mercantilizadas.

A respeito da nova doutrina que surgia, explica Harvey (2005, p. 06, tradução nossa):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado.

Nesse novo cenário político-econômico, o Estado não desaparece, pois passa a atuar como agente estruturador e mantenedor das relações de mercado, priorizando a lógica mercantil mesmo em áreas tradicionalmente ligadas ao bem-estar coletivo, o que contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais. Já a educação, nesse contexto neoliberal, é submetida à lógica do mercado, deixando de ser um direito social para assumir uma função estratégica na economia. Esse modelo buscou alinhar os processos educacionais às exigências do setor produtivo, enfatizando a competitividade e a formação de indivíduos para atender às demandas do mercado de trabalho.

Homeschooling: fator de perpetuação da segregação educacional?

Assim, a escola e outras instituições de ensino foram reconfiguradas para atender a objetivos econômicos, priorizando critérios de eficiência e resultados quantificáveis. Marrach (1996, p. 46-48) destaca três aspectos centrais desse processo:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...].
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...].
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com a idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar.

Sob a lógica neoliberal, portanto, a educação passou a ser orientada por interesses econômicos e ideológicos que a alinharam às demandas do mercado. A inserção de produtos da indústria cultural e da informática no ambiente escolar revela uma contradição nesse modelo, pois, como bem o diz Marrach (1996), embora a participação estatal na educação seja criticada, recursos públicos continuaram a ser direcionados para impulsionar o mercado educacional, beneficiando especialmente instituições privadas, editoras, plataformas digitais e empresas de tecnologia. Dessa forma, o Estado, em vez de investir prioritariamente no fortalecimento da educação pública, passa a atuar como financiador indireto da privatização, reforçando a lógica mercantil e aprofundando as desigualdades educacionais.

Além de servir aos interesses do mercado, a educação também se tornou um instrumento de manutenção do poder. A estrutura educacional reforça desigualdades sociais ao privilegiar grupos economicamente favorecidos, garantindo-lhes acesso às melhores oportunidades acadêmicas e profissionais. Esse processo se manifesta, por exemplo, na composição das universidades públicas, nas quais a presença majoritária de alunos de classe média alta evidencia a perpetuação de um modelo que beneficia determinados estratos sociais e reproduz a hegemonia e os interesses das classes dominantes. Enquanto isso, os integrantes das classes sociais menos favorecidas enfrentam o desafio de custear seus estudos em instituições de ensino superior (IES) particulares, muitas delas sem o devido compromisso com uma formação acadêmica de qualidade, já que lhes falta o tripé que sustenta a universidade, qual seja, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Chauí (2014, p. 16) explica como o neoliberalismo afeta a formação dos estudantes de baixa renda:

A maioria deles é forçada ou a desistir da formação universitária ou a fazê-la em universidades particulares que, para lucrar com sua vinda, oferecem um ensino de baixíssima qualidade. Em contrapartida, os filhos da alta classe média e da burguesia, formados nas boas escolas particulares, tornam-se a principal clientela da universidade pública gratuita. E, agora, temos que ouvir essa mesma classe dominante pontificar sobre como baixar custos e “democratizar” essa universidade pública deformada e distorcida que nos impuseram goela abaixo.

É nesse contexto que a tecnologia é utilizada para reduzir custos e aumentar a eficiência no setor educacional privado, que investe em recursos tecnológicos para atrair mais alunos e maximizar lucros. Por seu turno, as universidades públicas são pressionadas a adotar inovações para se ajustarem a um modelo de gestão voltado à otimização de recursos. Deve-se ressaltar, todavia, que a tecnologia é muitas vezes vista como uma solução, sem que se considerem suas implicações no processo de ensino-aprendizagem e nas desigualdades geradas pela sua adoção seletiva. Porém, como advertem Martins, Santos, Guimarães e Mello (2023, p. 566), “[...] é primordial que, quando se discuta a tecnologia, as argumentações sejam críticas e a formação realizada debata as problematizações das implicações tecnológicas”.

Na próxima seção, analisa-se o crescimento do *homeschooling* como um dos efeitos do neoliberalismo. Nesse sistema, no qual os alunos são educados em casa, frequentemente com o auxílio de pais ou tutores, são utilizados recursos tecnológicos e currículos adaptados às necessidades individuais e às demandas mercadológicas.

Fatores determinantes para os defensores do *homeschooling*

Movimento de ensino doméstico surgido nos Estados Unidos na década de 1970, o *homeschooling* vem se expandido desde então, impulsionado, sobretudo, pelas políticas educacionais neoliberais. Essa modalidade de ensino também encontrou a receptividade de pais que buscam alinhar a educação de seus filhos a valores religiosos, além de garantir-lhes uma sensação de segurança física e ideológica, protegendo-os de influências externas indesejadas que identificam nas escolas tradicionais.

Sobre esse aspecto, Cardoso (2018, p. 11) pontua:

Nas décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos da América, despontou o movimento de retorno à educação realizada diretamente pela família. Isso ocorreu, pois parcela da sociedade americana mostrou-se insatisfeita com o ensino escolar,

Homeschooling: fator de perpetuação da segregação educacional?

questionou sua qualidade, bem como alegou objeção de consciência religiosa, pois, para alguns pais, a grade escolar não era compatível com a moral religiosa da família.

Ademais, Cardoso (2018) também ressalta que o ensino doméstico cria, na visão de seus defensores, um ambiente com regras e rotinas definidas, permitindo uma gestão mais livre das influências externas. Esse ambiente estruturado, conforme a autora, pode manter as práticas e crenças dos pais, além de limitar a exposição dos alunos a diferentes perspectivas e interações. A implementação de um currículo adaptado às necessidades e valores da família seria, assim, facilitada por esse controle mais rigoroso (Cardoso, 2018).

Apple, na obra *Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade* (2003), faz uma análise do contexto dessa abordagem de ensino, destacando os fatores positivos enfatizados por seus defensores:

Proteger as identidades religiosas e transformar tanto a educação quanto o mundo em geral andam de mãos dadas. Uma das formas de conseguir e de manter a diferenciação entre centro e periferia é por meio do ensino doméstico. Se uma das marcas da aceitação crescente das mudanças ideológicas é sua imagem positiva na mídia popular, então o ensino doméstico encontrou claramente um lugar em nossa consciência. Tem sido discutido pela mídia nacional, na televisão e no rádio, e em revistas de grande circulação. Sua imagem usual é a de um salvador, de uma alternativa realmente empolgante a um sistema de escolas públicas apresentado pelos neoliberais e neoconservadores como um fracasso (Apple, 2003, p. 211).

O autor ressalta que determinados veículos de comunicação promovem o ensino doméstico, muitas vezes defendido por grupos conservadores e religiosos, como uma solução eficaz para as deficiências percebidas no sistema de educação pública. Apresentado como uma alternativa positiva e empolgante, o *homeschooling* é frequentemente retratado pela imprensa como uma "salvação", em contraste com as escolas públicas, apontadas por neoliberais e neoconservadores como instituições falidas.

A mídia desempenharia, portanto, um papel importante na legitimação do ensino doméstico ao retratá-lo como uma alternativa para a proteção de identidades religiosas e culturais, representação que ressalta as diferenças entre os valores conservadores e o sistema educacional secular. Para Apple (2003), ao destacar essas diferenças, os veículos de comunicação moldam a percepção pública do *homeschooling* e facilitam sua aceitação crescente, visto que a forma como o ensino doméstico é apresentado contribui para a construção de sua imagem positiva, contrastando com as críticas dirigidas às escolas públicas.

Em alguns setores considerados conservadores, o sistema de ensino público, especialmente a educação secular, é visto como um "vilão" que desafia estruturas sociais e valores historicamente constituídos. "A educação secular está transformando nossos filhos em 'estranhos' e, ao ensiná-los a questionar nossas ideias, coloca nossos filhos contra nós" (Apple, 2003, p. 214). Observa-se aqui uma tentativa de enfraquecer a legitimidade da escola como entidade social responsável pela formação integral do indivíduo.

Nessa perspectiva, percebe-se que a religiosidade desempenha um papel central na motivação por trás do *homeschooling*. Para os pais que a defendem, a educação doméstica não é apenas uma alternativa ao sistema de ensino público, e sim uma forma de garantir que seus filhos sejam instruídos de acordo com valores e doutrinas religiosas específicas, que entendem ser desconsideradas pela escola tradicional. Conforme reforça Pagels (1995 *apud* Apple, 2003, p. 125): "O cristianismo tem definido historicamente suas mais temíveis ameaças satânicas não em relação a inimigos distantes, mas em relação a inimigos muito íntimos".

Outras origens do movimento de *homeschooling* podem ser rastreadas até a atuação da ativista conservadora Beverly LaHaye (1978), que, como cita Kintz (1997), manifestou sua preocupação com a influência do feminismo na família, na nação e na religião ao fundar a Concerned Women of America, em 1978:

Acredito sinceramente que Deus está chamando as mulheres cristãs dos Estados Unidos para se juntarem num espírito de unidade e propósito, a fim de proteger os direitos da família. Acredito que está na hora de pôr de lado nossas diferenças doutrinárias para trabalhar por uma América espiritualmente renovada. Quem além de uma mulher profundamente preocupada com seus filhos e com seu lar? Quem além de uma mulher tem o tempo, a intuição e a energia para restaurar nossa nação?... Elas podem se chamar feministas ou humanistas. O rótulo faz pouca diferença, porque muitas delas querem a destruição da moralidade e da liberdade humana (LaHaye, 1978, *apud* Kintz, 1997, p. 80).

Kintz (1997) ressalta que LaHaye convocou as mulheres cristãs dos Estados Unidos a se unirem para defender valores familiares tradicionais considerados fundamentais para uma "América espiritualmente renovada". A autora argumenta que apenas uma mulher preocupada com a família teria o tempo e a intuição necessários para essa missão, reforçando estereótipos do papel feminino de proteção do lar. Além disso, também considera que a fala da ativista expressa desconfiança em relação ao feminismo e ao humanismo, enxergando-os como ameaças à moralidade e à liberdade humana, e destaca a importância de se superar diferenças religiosas para essa causa comum.

Homeschooling: fator de perpetuação da segregação educacional?

O episódio mostra que o *homeschooling* é considerado uma estratégia para manter e reforçar determinadas normas e valores morais na educação, assegurando que as práticas e crenças individuais sejam preservadas e transmitidas. O ensino doméstico é utilizado para oferecer um ambiente que se alinhe com as convicções pessoais dos pais, e não com o currículo das escolas tradicionais. Como visto anteriormente, o foco é garantir que as instruções recebidas estejam em conformidade com as crenças específicas da família.

É nesse contexto, portanto, que o Estado, representado pela escola, passa a ser considerado um inimigo dos pilares tradicionais da sociedade defendidos pelos conservadores. Por isso, é impossível compreender o crescimento do *homeschooling* sem relacioná-lo à história dos ataques à esfera pública, ao governo e mais comumente aos professores, que são acusados de promover ideologias diversas nas salas de aula. A interferência estatal na vida cotidiana, na visão dos defensores dessa modalidade de ensino, provocaria perdas consideráveis, tais como a redução da autonomia familiar e a imposição de currículos padronizados (Apple, 2003).

Outros aspectos do sistema educacional também foram alvo de críticas que ajudaram a fortalecer a demanda pelo ensino doméstico e ampliaram a base para a adoção desse modelo educacional. A esse respeito, diz Apple (2003, p. 224):

As próprias escolas públicas são vistas como lugares extremamente perigosos. Essas escolas eram instituições que ameaçavam a alma das pessoas. As tentações e o ateísmo grassavam dentro delas. As verdades de Deus foram riscadas do currículo, e a voz de Deus deixou de ser ouvida. Agora as orações são ilegais e todas as atividades que conectam a vida às realidades da Bíblia são vistas como desvios.

Para além das preocupações religiosas e de controle estatal, o movimento em favor do ensino doméstico reflete a crescente tendência de privatização que se observa em várias áreas sociais. Essa tendência é comparável, conforme assegura Kintz (1997), à "suburbanização" da vida cotidiana, na qual se vê uma crescente privatização de bairros, espaços de lazer e outras esferas da vida social. Por isso, para a autora, o *homeschooling* oferece uma "zona de segurança" tanto física quanto ideológica, dinâmica que se expressa como uma extensão dessa tendência de isolamento e privatização na vida cotidiana.

À medida que os cidadãos preocupados com o crime, impostos, serviços municipais precários e escolas precárias abandonam as cidades, a popularidade crescente de comunidades fechadas, ou o que o Lincoln Institute of Land Policy chama de comunidades fortaleza, reflete o desejo das pessoas de recuar. Como Roger K. Lewis argumenta, elas querem "gastar mais de seus impostos consigo mesmas em vez de

com os outros. Além disso, elas se confortam com a homogeneidade social dessas comunidades, sabendo que seus vizinhos agem e pensam muito como elas” (Kintz, 1997, p. 107, tradução nossa).

Essa "redoma", de acordo com Apple (2003), não é apenas uma tentativa de escapar dos problemas urbanos, e sim uma rejeição completa da ideia de cidade, com sua diversidade cultural e intelectual, complexidade, ambiguidade, incerteza e proximidade com o outro, todos vistos como aspectos a serem evitados. Fomentado por esse modelo de educação considerado como mais eficiente para a formação do aluno, assiste-se, ainda conforme o autor, ao empobrecimento das relações sociais.

Outro resultado do *homeschooling* apontado por Apple (2002, p. 218) é a segregação social e educacional que acentua as desigualdades e podem levar a uma disparidade ainda maior na qualidade da educação recebida por crianças de diferentes origens socioeconômicas:

Mas, de muitas formas, um movimento desse tipo espelha outra coisa. É um microcosmo da segmentação crescente da sociedade norte-americana em geral. À medida que passamos a ser uma sociedade segregada pelo local de moradia, raça, oportunidades econômicas e renda, é cada vez mais provável encontrar a “pureza” no mundo onde as classes mais altas mandam seus filhos para escolas particulares de elite; onde as relações com os vizinhos são determinadas pelos valores da propriedade; onde os cristãos evangélicos, os judeus ultra-ortodoxos e outros só interagem entre si e seus filhos são educados em escolas religiosas particulares, ou recebem ensino doméstico. Um mundo sem conflitos, sem incerteza, sem a voz e a cultura do Outro.

Ainda conforme Apple (2003), o ensino doméstico, de maneira similar à internet, permite a criação de "comunidades virtuais" adequadas para aqueles que têm interesses especializados, dando aos indivíduos a capacidade de "personalizar" as informações e escolher o que desejam aprender. No entanto, acentua que muitos comentaristas alertam que essa personalização pode enfraquecer drasticamente as comunidades locais, que muitas vezes já são lamentavelmente frágeis, se não for tratada com extremo cuidado.

A sociedade – prossegue Apple (2003) – já vivencia um fenômeno semelhante com as redes sociais, que, por oferecerem conteúdo altamente personalizado, acabam criando bolhas informacionais. Para o autor, essas bolhas restringem a exposição a diferentes perspectivas e reduzem as oportunidades de interação com outros grupos, provocando uma diminuição na diversidade de informações e nas interações sociais, o que pode afetar a formação de habilidades sociais e o engajamento comunitário.

Homeschooling: fator de perpetuação da segregação educacional?

Em linha com a dinâmica das redes sociais – diz Apple (2003) –, o *homeschooling* pode levar a um desenvolvimento cognitivo e, principalmente, social limitado devido à tendência de isolamento. Conforme o autor, a interação com um grupo social restrito pode diminuir a capacidade de desenvolver habilidades de comunicação e resolução de conflitos, enquanto o ambiente doméstico pode não oferecer as mesmas oportunidades para enfrentar desafios sociais encontrados em contextos educacionais tradicionais.

Vantagens (para grupos específicos) do *homeschooling*

Tomando como exemplo os Estados Unidos, país onde o *homeschooling* está consolidado, é possível observar, conforme visto anteriormente, que quem mais se beneficia desse modelo educacional são as famílias de classe média e alta, que dispõem de recursos financeiros e tempo necessário para proporcionar uma educação personalizada e de alta qualidade em casa. Por outro lado, o *homeschooling* pode prejudicar significativamente famílias de classes sociais mais baixas, que frequentemente não têm os recursos financeiros ou o tempo necessários para implementar uma educação domiciliar de qualidade.

Nesse cenário, a tecnologia é fundamental para o apoio do *homeschooling*, fornecendo ferramentas para uma educação eficiente. A boa qualidade da internet facilita o acesso a diversos recursos online, tais como aulas virtuais e materiais educativos que apoiam o processo de aprendizagem. Recursos audiovisuais, por exemplo, vídeos e *softwares*, contribuem para a personalização do currículo e tornam o ensino mais acessível.

Por essa razão, é essencial considerar os efeitos do ensino doméstico em conjunto com as consequências das políticas neoliberais na educação. Apple (2003) adverte, contudo, que a análise não deve dissociar o impacto do *homeschooling* dos efeitos mais amplos dessas políticas que têm moldado o sistema educacional e suas desigualdades, enquanto Laval (2004, p. 11) aponta que “[...] a escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico”.

Em sua obra *A Escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público*, Laval (2004, p. 12) esclarece:

Não é a sociedade que garante a todos os seus membros um direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. Essa privatização é um fenômeno que afeta tanto o sentido do saber, as instituições transmissoras dos valores e dos conhecimentos quanto as próprias relações sociais. À afirmação da autonomia plena e inteira de

indivíduos sem amarras, exceto aquelas que eles próprios querem reconhecer, correspondem instituições que não parecem mais ter outra razão de ser que o serviço dos interesses particulares. Essa concepção instrumental e liberal, acredita-se, está ligada a uma transformação muito mais geral das sociedades e das economias capitalistas.

O autor critica as políticas neoliberais que promovem a privatização da educação e a responsabilização individual pela cultura e pelo conhecimento. Ele sugere que, em vez de garantir um direito universal à cultura, a sociedade exige que o indivíduo busque recursos privados para assegurar seu futuro, tratando a educação como um privilégio para quem pode pagar.

A ênfase na autonomia individual, característica das políticas neoliberais – prossegue Laval (2004) – coloca as instituições sob a influência de interesses privados, e isso reflete em uma transformação nas sociedades capitalistas, nas quais a lógica de mercado prevalece sobre os valores coletivos e a responsabilidade social. As instituições educacionais, em vez de promoverem o bem comum, são orientadas a servir interesses econômicos e/ou de seus donos ou idealizadores.

Laval (2004) pontua que essa mudança fomenta uma crescente segregação e desigualdade ao substituir princípios de equidade e solidariedade por uma abordagem mercantilista da educação, o que resulta na redução dos valores sociais fundamentais e no fortalecimento dos interesses individuais. O foco na educação como um bem de consumo limita, ainda conforme o autor, a capacidade do sistema educacional de atender às necessidades coletivas e promover a inclusão.

Em sua análise, Lubienski (2000, p. 214) aborda a questão da seguinte maneira:

[...] existe uma tensão crônica e muitas vezes criativa entre o privado e os objetivos públicos para a educação. Considerando que a busca pela educação é muitas vezes impulsionada pelo desejo de benefícios privados individuais, esses interesses privados são contrabalançados pelos interesses públicos, o que pode justificar restrições às escolhas individuais através da definição de opções institucionais. No entanto, a educação em casa nega o interesse e as responsabilidades do público e privatiza o aspecto social da educação ao nível mais atordoante – como uma preocupação estritamente familiar. Ao centrar-se nos direitos individuais de escolha, a educação em casa exige todas as vantagens da educação como um bem privado, mas anula o bem público (tradução nossa).

Nessa citação de Lubienski (2000) fica clara a existência de uma tensão entre os interesses privados e os objetivos públicos da educação, e de como a busca por benefícios individuais pode entrar em conflito com as responsabilidades sociais da educação. A educação

Homeschooling: fator de perpetuação da segregação educacional?

domiciliar é apresentada como uma forma de privatização extrema que ignora o interesse coletivo e enfraquece a dimensão social da educação, perspectiva que sugere que essa modalidade de ensino pode agravar as desigualdades ao favorecer interesses privados e desconsiderar o papel crucial da educação como um bem comum.

Esse movimento análogo à privatização, aliado às críticas conservadoras dirigidas às instituições públicas, tais como as escolas, têm como efeito o aumento do movimento anti-impostos. Esse movimento, de acordo com Apple (2003), é impulsionado por indivíduos que, ao optarem por escolas privatizadas, mercantilizadas, ou pelo *homeschooling*, passam a resistir ao pagamento de impostos que financiem a educação pública para outros segmentos sociais. Nesse aspecto, o autor oferece uma visão detalhada sobre o assunto:

Os resultados mais amplos disso [movimento anti-impostos] estão ficando claros – uma base decrescente de impostos para educação, serviços sociais, serviços de saúde, moradia e qualquer coisa “pública” para aquelas populações (em geral das áreas urbanas e rurais mais oprimidas economicamente) que mais sofrem com as perturbações e desigualdades econômicas que caracterizam tão profundamente os Estados Unidos. Assim, uma política de reconhecimento – quero garantir a “opção” para meus filhos com base em minha identidade e necessidades específicas – começou a ter efeitos extremamente negativos sobre a política de redistribuição. É absolutamente crucial reconhecer isso. Se é verdade que o surgimento de mercados educacionais beneficiou constantemente os pais e alunos mais privilegiados e prejudicou constantemente os pais e alunos economicamente pobres e os pais e alunos de cor, então precisamos examinar criticamente os efeitos latentes da expansão do ensino doméstico sob a mesma luz. Será que a justiça social perde nessa equação exatamente como perdeu e ainda perde em muitos dos outros programas de “opção” que receberam tanta publicidade? (Apple, 2003, p. 231).

No Brasil, o crescimento das propostas de lei para a regulamentação do *homeschooling* traz implicações significativas para a educação pública. O Projeto de Lei n.º 1.338/2022, por exemplo, embora não diminua diretamente o montante dos recursos destinados ao financiamento da educação, propõe uma reformulação na forma como a educação é realizada e, conseqüentemente, na divisão desses recursos. Essa mudança pode resultar em perdas para as escolas públicas que atendem às populações economicamente desfavorecidas.

Já nos Estados Unidos, evidências recentes indicam que a expansão do ensino doméstico tem contribuído para o aumento da injustiça social. Conforme Apple (2003), o debate sobre o uso de fundos públicos para fins religiosos na educação muitas vezes é influenciado por práticas que favorecem grupos específicos, o que pode levar à redistribuição desigual de recursos e ao acirramento das desigualdades. Para o autor, a análise revela como

o financiamento público é direcionado de maneira a beneficiar apenas uma parte da população, prejudicando a equidade na educação.

O ensino doméstico de motivação religiosa está empenhado atualmente em explorar os fundos públicos não apenas de formas dissimuladas, mas também de formas que levantam questões sérias sobre o esgotamento dos recursos econômicos durante uma época de crises orçamentárias graves em quase todos os distritos educacionais (Apple, 2003, p. 232).

O uso de fundos públicos para financiar o *homeschooling* com motivação religiosa é criticado por Apple (2003), que considera essa prática dissimulada e preocupante para a sustentabilidade econômica dos distritos educacionais, especialmente durante crises orçamentárias graves. A utilização de recursos públicos para esse fim, de acordo com o autor, pode agravar as dificuldades financeiras das escolas públicas, desviando fundos essenciais destinados ao sistema educacional.

Considerações finais

Ao encerrar esta discussão, é possível constatar que a lógica privatista é um movimento presente na educação e está intimamente ligada às políticas neoliberais. A redução de impostos destinados à educação pública, impulsionada pelo apoio ao *homeschooling* e por outras formas de educação privatizada, contribui para a erosão dos recursos necessários para manter a qualidade das escolas públicas. Tal fato tem criado uma divisão crescente entre os que podem acessar uma educação de qualidade e os que não podem.

Nos Estados Unidos, o crescimento do *homeschooling* revela um cenário complexo que ultrapassa as justificativas educacionais apresentadas por seus defensores. Esse movimento, que teve início na década de 1970, foi impulsionado por políticas neoliberais, pela deslegitimação das instituições públicas e pela ênfase na autonomia individual. Como explica Apple (2003) e Laval (2004), o *homeschooling* é sustentado por práticas que buscam alinhar a educação a valores ideológicos, frequentemente religiosos, e ao mesmo tempo desresponsabilizar o Estado pela garantia do acesso universal à educação pública de qualidade.

No contexto norte-americano, o *homeschooling* foi visto como uma resposta a um sistema educacional que muitos pais consideraram ser incompatível com suas crenças religiosas ou com o modelo tradicional de ensino, tornando-se um fenômeno cada vez mais

Homeschooling: fator de perpetuação da segregação educacional?

associado a famílias de classe média e alta, que têm acesso a recursos para promover uma educação de qualidade em casa. No entanto, essa prática, muitas vezes promovida como uma alternativa superior às escolas públicas, esconde uma segregação educacional, já que as famílias de classes mais baixas enfrentam obstáculos significativos, tal como a falta de recursos financeiros e de acesso a materiais pedagógicos adequados.

No Brasil, o Projeto de Lei n.º 1.338/2022, que trata da possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e segue em tramitação no Senado Federal. No âmbito da Comissão de Educação e Cultura (CE), o projeto foi discutido em audiências públicas realizadas nos dias 1º, 4 e 12 de dezembro de 2023, e contaram com a participação de diversos representantes e especialistas da área educacional. O objetivo foi o de subsidiar a análise da proposta antes de sua apreciação pelo Senado. Desde então, não houve novas atualizações sobre o andamento do Projeto.

A análise do *homeschooling* nos Estados Unidos e sua possível implementação no Brasil revela não apenas uma alternativa educacional, mas também um reflexo de dinâmicas de segregação social e econômica. A tendência de privatização da educação e a resistência a um sistema educacional público e inclusivo aprofundam as desigualdades, criando uma divisão crescente entre os que têm acesso a recursos educacionais adequados e aqueles que não têm.

É essencial, portanto, analisar o impacto do *homeschooling* não apenas como uma alternativa educacional, mas também como um reflexo de dinâmicas mais amplas de segregação social e econômica que moldam o sistema educacional contemporâneo. A expansão do *homeschooling* destaca a necessidade urgente de serem revisadas as políticas educacionais, para garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Além disso, é preciso reconhecer que a defesa do ensino domiciliar muitas vezes desconsidera o papel coletivo da escola pública e suas contribuições para a formação cidadã e a convivência democrática.

O desafio é criar um sistema educacional que leve em conta tanto as necessidades individuais quanto os interesses coletivos, e isso implica garantir que a educação continue sendo um recurso acessível a todos, quaisquer que sejam a origem socioeconômica ou as condições específicas de cada família. A política educacional deve buscar um equilíbrio que permita que todos os alunos recebam uma educação de qualidade, fortalecendo a escola

pública como espaço de inclusão, diversidade e construção de valores comuns. É necessário garantir que as oportunidades educacionais não sejam limitadas a grupos privilegiados, e sim que estejam disponíveis para toda a população, contribuindo para a redução das desigualdades e para a promoção da justiça social.

A privatização velada da educação, como visto no *homeschooling*, não é apenas uma questão técnica ou administrativa, e sim um recurso essencialmente político, pois envolve disputas sobre o papel do ensino na sociedade. O fortalecimento da escola pública exige políticas que assegurem financiamento adequado e evitem a destinação de verbas a determinados programas, tais como os que preveem a distribuição de *vouchers* ou o estabelecimento de parcerias público-privadas. Os investimentos devem priorizar infraestrutura, formação docente e melhorias pedagógicas, visto que, sem esses elementos, a rede pública fica em desvantagem em face das iniciativas privadas.

Outra ação concreta é ampliar a participação e o controle social na educação, exercidos pela comunidade escolar — composta por pais, estudantes, professores e funcionários. Conselhos escolares, conferências e fóruns possuem caráter deliberativo, mas é necessário fortalecer suas atuações e garantir que suas decisões sejam efetivamente respeitadas. Nesse mesmo sentido, a definição do currículo deve envolver a comunidade escolar, de modo que os conteúdos e as metodologias atendam às necessidades formativas da sociedade. Isso inclui evitar que interesses privados influenciem os processos de ensino e assegurar que a escola cumpra seu papel na democratização do conhecimento.

Por fim, a valorização da carreira docente deve apoiar-se no tripé formação, condições de trabalho e progressão na carreira. A formação inicial e continuada deve garantir uma base teórica e prática que permita ao professor atuar de maneira crítica e comprometida com a educação pública, exercício que fortalece seu papel como agente de liderança na sociedade, contribuindo para a construção de um sistema educacional alinhado com as necessidades coletivas. Além disso, devem ser asseguradas boas condições de trabalho e um plano de carreira docente estruturado, de modo a possibilitar a permanência de profissionais qualificados na rede pública. Sem esse reconhecimento, a precarização da profissão abre caminho para modelos de ensino baseados na rotatividade e na redução de custos, comprometendo a continuidade e a qualidade da educação.

Referências

APPLE, Michel W. Fora com todos os professores: a política cultural do ensino doméstico. In:

APPLE, Michel W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdades**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez, 2003. p. 211-237.

CARDOSO, Nardejane Martins. **O direito a optar pela educação domiciliar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018

CHAUI, Marilena. **A ideologia da competência: Escritos de Marilena Chauí**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2014.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Tradução de Ana Varela Mateos. Madrid: Akal, 2005.

KINTZ, Linda. **Between Jesus and the Market: The Emotions that Matter in Right-Wing America**. New York: Duke University Press, 1997.

LAVAL, Christian: **A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina, PR: Editora Planta, 2004.

LUBIENSKI, Christopher. Whither the Common Good? A Critique of Home Schooling. **Peabody Journal of Education**, v. 75, n. 1&2, p. 207-232, 2000.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MARTINS, Sidney Pires; SANTOS, Mateus José dos; GUIMARÃES, Ailton Vitor; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. O lugar das tecnologias na Educação Básica: um estado do conhecimento dos anais do EDUCERE (2008-2019). **Boletim de Conjuntura (Boca)**, 15(43), 562-578, 2023.

Sobre os autores

Éder Oliveira Alves Batista

Graduado em Pedagogia (Licenciatura) pela Universidade Norte do Paraná. Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: eder1005@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0005-6211-1384>

Yara Fonseca de Oliveira e Silva

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, 2014). Atua como professora titular da UEG, no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT). Coordenadora Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores/GPEFORP – CNPq.

E-mail: yara.silva@ueg.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5725-478X>.

Recebido em: 25/03/2025

Aceito para publicação em: 07/04/2025